

Ferrovias Norte Sul S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Ferrovia Norte Sul S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ferrovia Norte Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Norte Sul S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados



no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Gastos com Ativo Imobilizado e Intangível

Veja as notas 4.h, 4.i, 4.10, 4.11, 19 e 20(a) às demonstrações financeiras.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2018 nas rubricas de imobilizado, intangível, custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas, os montantes de R\$ 428.761 mil, R\$ 1.800.926 mil, R\$ 430.845 mil e R\$ 26.024 mil, respectivamente. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem do contrato de subconcessão com a União, requerem que a Companhia efetue investimentos expressivos nas operações que são classificados, dependendo de sua natureza, como imobilizado, intangível ou resultado do exercício. Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para: (i) definir e alocar os gastos entre imobilizado (quando ocorre aquisição ou investimentos próprios), intangível (quando ocorre manutenção ou investimentos vinculados à subconcessão) ou resultado (quando os gastos são relacionados a manutenção que não altera a vida útil do bem) e para (ii) determinar o momento de transferência dos projetos em andamento para a conta definitiva que é crucial na determinação do momento inicial da depreciação/amortização e devido ao impacto que uma alteração na classificação dos referidos investimentos pode ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos relevantes relacionados à alocação dos gastos como imobilizado, intangível ou resultado, incluindo quando aplicável, aqueles relacionados com a conclusão dos projetos e determinação do início da depreciação e amortização desses ativos. Analisamos, em base de amostragem, a classificação dos valores dos investimentos entre imobilizado ou ativo intangível ou como gastos com manutenção no resultado do exercício com base na natureza desses investimentos. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferências dos projetos em andamento para as contas contábeis definitivas e as divulgações da Companhia sobre as suas políticas de capitalização e outras relacionadas.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controle e ajustes que afetariam a mensuração e divulgação do imobilizado e intangível, os quais foram registrados e divulgados pela Administração.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o imobilizado e intangível e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a



procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causa por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe



incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências de ética relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 08 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

Relatório da Administração

Mensagem do Presidente

O ano de 2018 foi um ano de expansão para a Ferrovia Norte Sul S.A. Impulsionado pelo resultado do segmento de Agricultura, o volume transportado foi 8,2% maior que o ano anterior totalizando 8.003 milhões de TKU no período, mesmo com impacto de externalidades como a greve dos rodoviários. Como consequência desse cenário, tivemos um EBITDA de R\$ 433 milhões, 12,7% maior que o ano anterior.

Em 2018, a FNS, apresentou um crescimento de volume transportado, suportados principalmente pela curva de exportação de soja, além da melhor eficiência proporcionada pela integração entre os terminais e porto.

Com o objetivo de aumentar sua capacidade operacional, foram investidos na FNS quase R\$ 181 milhões para renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante) e ampliação da capacidade produtiva. Assim como nos últimos anos, em 2018 destacam-se os projetos expansão de pátios de cruzamento, novos postos de abastecimento e oficina de vagões e locomotivas.

Para 2019, novos projetos estão planejados voltados para continuidade do atendimento ao crescimento, manutenção de nossas operações e geração de valor para as comunidades e acionistas.

Gustavo Serrão Chaves

Diretor-Presidente e Relações com Investidores

1. Síntese do Resultado 2018

- A Receita líquida da FNS fechou o ano de 2018 em R\$ 753 milhões, um aumento de 10,6% em relação ao ano anterior.
- Lucro líquido de R\$ 275 milhões em 2018, 10,7% acima de 2017.
- Geração de caixa medida pelo EBITDA de R\$ 433 milhões, 12,7% acima do ano anterior.
- Faturamento na FNS de 8.003 Milhões de TKU, 8,2% a mais que o ano anterior.

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais						
(em milhões de R\$)	2014	2015	2016	2017	2018	Δ
Receita bruta	316	432	491	715	784	9,7%
Receita líquida	286	398	449	681	753	10,6%
EBITDA	154	240	276	384	433	12,8%
Resultado do exercício	58	123	162	249	275	10,4%
Volume ferrovia (milhões de TKU)	3.604	4.941	4.625	7.395	8.003	8,2%
Volume ferrovia (mil de TU)	4.503	5.773	5.228	8.039	8.450	5,1%
Margem EBITDA	53,8%	60,3%	61,6%	56,3%	57,5%	
Margem lucro	20,3%	30,9%	36,1%	36,5%	36,6%	

2. Investimentos

Em 2018, a FNS investiu R\$ 181 milhões. Os recursos foram alocados principalmente na expansão da capacidade (com destaque para a oficina e pátios de Imperatriz e postos de abastecimento) e na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais.

3. Ética e Conformidade

O ano de 2018 foi um marco para a Jornada de Ética, contemplado pelo comprometimento de todos os funcionários a serem protagonistas dos valores éticos. Ao longo do ano foram realizadas diversas ações entre as áreas e a Diretoria de Integridade VLI, que reforçaram cada vez mais o nosso propósito. Foi realizado o *Risk Assesment de Compliance* em 2018, um importante marco para a consolidação do negócio.

4. Gestão de Pessoas

O ano de 2018 foi importante para os processos de Gestão de Pessoas da FNS, trazendo resultados expressivos, especialmente nas frentes de Educação e Cultura. Em Educação, inauguramos a Universidade Corporativa, contemplando diversas atividades de desenvolvimento, como participações na Escola de Liderança, Escola de Inspeção, treinamentos staffs, trilha técnica, requisitos legais e treinamentos online. Já o Projeto de Cultura, atuou na capacitação da alta liderança para reforçar os pilares e valores que sustentam a estratégia do negócio.

5. Responsabilidade Social

A FNS acredita que a sua eficiência em operações logísticas deve estar alinhada à promoção social e à criação de valor para a sociedade. A partir de 2018, a companhia adotou a abordagem de Valor Compartilhado, com a premissa de que negócio e impacto social positivo são indissociáveis.

Nos últimos anos, realizou-se um investimento social, direcionando a sua atuação em duas frentes: inovação e desenvolvimento local. Em 2018, houve investimento em projetos de educação, cultura, esporte e promoção da saúde em comunidades que convivem com as operações.

6. Meio Ambiente

O respeito às comunidades, o desenvolvimento contínuo de novas formas de reuso e reaproveitamento de recursos, o fortalecimento de práticas cada vez mais sustentáveis, a inovação em sistemas de gestão e a disseminação de informações sobre as melhores condutas em relação ao meio ambiente são algumas das ações empreendidas pela FNS em seus diversos fluxos operacionais.

Dentre as iniciativas de otimização no uso de recursos naturais e promoção da sustentabilidade ambiental, destaca-se o monitoramento da qualidade do ar, ruídos e vibrações, emissões atmosféricas, reciclagem de resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos.

7. Auditores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços adicionais à auditoria externa junto aos atuais auditores independentes da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

São Luís, 8 de março de 2019.

A Administração

Ferrovias Norte Sul - FNS - Balanço patrimonial
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	59.804	90.650
Contas a receber	6	60.521	49.669
Outros ativos financeiros		-	444
Estoques		18.545	10.179
Tributos a recuperar	8	35.941	13.468
Tributos antecipados sobre o lucro	8	-	7.897
Despesas pagas antecipadamente		50	373
Demais ativos		5.378	4.733
Total do ativo circulante		180.239	177.413
Não circulante			
Contas a receber	6	300.875	286.063
Depósitos judiciais	9	197	70
Tributos a recuperar	8	39.150	15.181
Demais ativos		9	2.877
Tributos diferidos sobre o lucro	22(a)	2.138	2.553
Imobilizado	10	428.761	213.702
Intangível	11	1.800.926	1.949.591
Total do ativo não circulante		2.572.056	2.470.037
Total do ativo		2.752.295	2.647.450
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	12	55.422	70.196
Contas a pagar	12	14.048	83.942
Tributos a recolher	13	3.411	4.139
Tributos a recolher sobre o lucro	13	2.466	-
Obrigações sociais e trabalhistas	14	11.659	14.468
Dividendos a pagar	15	50.838	46.096
Antecipações de clientes		40	43
Demais passivos		58	216
Total do passivo circulante		137.942	219.100
Não circulante			
Provisão para processos judiciais	9	73	53
Benefícios a empregados	24.1	1.250	3.895
Receitas diferidas		175	-
Subconcessão a pagar	16	185.548	171.690
Total do passivo não circulante		187.046	175.638
Patrimônio líquido			
	17		
Capital social		1.859.134	1.859.134
Reservas de lucros		568.173	393.578
Total do patrimônio líquido		2.427.307	2.252.712
Total do passivo e patrimônio líquido		2.752.295	2.647.450

Ferrovia Norte Sul - FNS - Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de serviços prestados	21	752.980	681.165
Custo dos serviços prestados	22	(430.845)	(396.876)
Lucro bruto		322.135	284.289
Receitas (despesas) operacionais		(3.007)	1.720
Gerais e administrativas	23(a)	(26.024)	(20.886)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23(b)	22.225	23.372
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos		792	(766)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		319.128	286.009
Resultado financeiro	24	4.930	8.501
Receitas financeiras		8.111	12.197
Despesas financeiras		(4.726)	(3.169)
Ganhos com variação monetária e cambial		1.545	(527)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		324.058	294.510
Imposto de renda e contribuição social	25(b)	(48.625)	(45.791)
Tributos correntes		(106.519)	(99.894)
Tributos diferidos		(415)	2.205
Incentivos fiscais		58.309	51.898
Lucro líquido do exercício		275.433	248.719
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	20(b)	0,15	0,14

Ferrovia Norte Sul - FNS - Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de expansão	Reserva de incentivos fiscais		
Em 1º de janeiro de 2017	1.826.893	23.663	174.056	75.477	-	2.100.089
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	248.719	248.719
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	248.719	248.719
Aumento de capital por transferência de AFAC	30.000	-	-	-	-	30.000
Aumento de capital por incentivos fiscais	2.241	-	-	(2.241)	-	-
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Constituições de reservas	-	12.436	138.289	51.898	(202.623)	-
Dividendos adicionais (Nota 15)	-	-	(80.000)	-	-	(80.000)
Constituição de dividendos (Nota 15)	-	-	-	-	(46.096)	(46.096)
Em 31 de dezembro de 2017	1.859.134	36.099	232.345	125.134	-	2.252.712
Em 1º de janeiro de 2018	1.859.134	36.099	232.345	125.134	-	2.252.712
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	275.433	275.433
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	275.433	275.433
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Constituições de reservas	-	13.772	152.514	58.309	(224.595)	-
Dividendos adicionais (Nota 15)	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)
Constituição de dividendos (Nota 15)	-	-	-	-	(50.838)	(50.838)
Em 31 de dezembro de 2018	1.859.134	49.871	334.859	183.443	-	2.427.307

Ferrovia Norte Sul - FNS - Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		275.433	248.719
Ajustes de			
Depreciação e amortização	19	113.712	97.679
Provisões para perdas e processos judiciais	20(b) e 21	(722)	819
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial	21	(1.545)	527
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado		3	1.071
Ajuste a valor presente	21	1.448	1.737
Despesas com benefícios a empregados		(2.645)	1.889
Receitas diferidas		(16)	-
Tributos diferidos sobre o lucro	22(b)	415	(2.205)
		386.083	350.236
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(11.341)	5.127
Outros ativos financeiros		444	-
Estoques		(8.365)	(6.807)
Tributos a recuperar		(44.697)	24.276
Tributos antecipados sobre o lucro		53.689	-
Despesas pagas antecipadamente		323	(196)
Depósitos judiciais		(112)	(47)
Incentivos fiscais - reinvestimentos		-	3.968
Demais ativos		2.179	5.195
Fornecedores		(14.612)	(10.718)
Contas a pagar		(71.342)	66.041
Tributos a recolher		(784)	(2.818)
Tributos a recolher sobre o lucro		2.467	(544)
Obrigações sociais e trabalhistas		(2.809)	7.357
Receitas diferidas		175	-
Antecipação de clientes		(3)	12
Demais passivos		(145)	19
		291.150	441.101
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(45.792)	(20.097)
		245.358	421.004
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível		1.366	-
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(181.474)	(202.271)
		(180.108)	(202.271)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(96.096)	(167.018)
Adiantamento para futuro aumento de capital social		-	30.000
		(96.096)	(137.018)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento			
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	90.650	8.935
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	59.804	90.650

Ferrovias Norte Sul - FNS - Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas		
Vendas brutas de serviços	784.406	714.338
Outras receitas	34.777	47.449
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão / constituição	742	-766
	819.925	761.021
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(190.461)	(169.501)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(109.784)	(128.504)
Provisão para processos judiciais, líquida de reversões	(20)	(53)
Outros	(10.807)	(7.980)
	(311.072)	(306.038)
Valor adicionado bruto	508.853	454.983
Depreciação e amortização	(113.712)	(97.679)
Valor adicionado líquido produzido	395.141	357.304
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais	24.343	13.108
	24.343	13.108
Valor adicionado total a distribuir	419.484	370.412
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	59.280	56.483
Impostos, taxas e contribuições	66.467	61.148
Remuneração de capitais de terceiros	18.304	4.062
Remuneração de capital próprio	275.433	248.719
Valor adicionado distribuído	419.484	370.412

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - Contexto operacional

A Ferrovia Norte Sul S.A. ("FNS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia tem sede na cidade de São Luís (MA) e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos.

A Companhia detém a concessão de serviços de transporte ferroviário de cargas, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Concessão	Área de abrangência	Término da Concessão
Malha Norte Sul	Trechos entre Açailândia - MA e Palmas - TO	Dezembro de 2037

A Companhia tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a Companhia e a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A ("Valec"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia (MA) e Palmas (TO). O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- (i) 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal.
- (ii) 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal.
- (iii) 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009.
- (iv) 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A Companhia realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia.

Todos os trechos encontram-se em operação.

2 - Base de preparação e principais políticas contábeis

(a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normais internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 8 de março de 2019, as quais serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, após validação de seu Conselho da Administração.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

(c) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Leases (Arrendamentos)”

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – “Operações de Arrendamento Mercantil” e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas aos antigos contratos de arrendamento serão alteradas. A IFRS 16 substituirá a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Transição

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia adotará a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03.

A Companhia utilizará as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

A partir da implantação da norma de contratos de arrendamentos a Companhia passará a apresentar e divulgar, separadamente, em nota explicativa todos os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento, bem como as despesas de juros sobre e amortização de tais ativos e passivos.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na demonstração do fluxo de caixa os pagamentos de principal e juros serão classificados e divulgados separadamente.

A partir de 2019, a Companhia passará a divulgar em notas explicativas específicas as seguintes informações:

- encargos de amortização para ativos de direito de uso por classe de ativo subjacente;
- despesas de juros sobre passivos de arrendamento;
- despesas referentes a arrendamentos de curto prazo;
- saídas de caixa com o total de pagamentos efetivados de arrendamentos;
- adições de caixa com aquisições de direitos de uso;
- valor contábil de ativos de direito de uso ao final do período por classe de ativo subjacente.

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2) que foi embasada em taxa incremental de 9,29% para contratos de terceiros e 11,04% para os contratos de concessão. Em suma, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) seja o seguinte:

A Companhia espera reconhecer em 1º de janeiro de 2019 ativos de direito de uso na faixa de R\$ 131.216 a R\$ 160.375; tributos a recuperar na faixa de R\$ 13.375 a R\$ 16.347; e passivos de arrendamento na faixa de R\$ 144.591 a R\$ 176.722.

Devido à adoção do CPC 06 (R2), o lucro antes das receitas e despesas financeiras da Companhia melhorará, e sua despesa com juros aumentará. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais conforme o CPC 06 (R1).

(ii) As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 23 / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa (alterações na IFRS 9);
- Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (Alterações no CPC 18 (R2) / IAS 28);
- Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (alterações no CPC 33 / IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

(d) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 – “Receitas de Contratos com Clientes” (vide “i”) e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros (vide “ii”) a partir de 1º de janeiro de 2018. As demais alterações não tiveram impactos materiais para a Companhia.

i. CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de contrato com cliente”

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 – “Receitas”, o CPC 17 / IAS 11 - “Contratos de Construção” e interpretações relacionadas.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Conseqüentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

A Companhia não identificou impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados e outros resultados abrangentes em 1º de janeiro de 2018.

ii. CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativo. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo.

	<u>Classificação original – CPC 38 / IFRS 9</u>	<u>Nova classificação – CPC 48 / IFRS 9</u>	<u>Saldo em 31/12/2017 (inalterado)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	90.650
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	335.732
Demais ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	<u>7.610</u>
			<u>433.992</u>
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	70.196
Contas a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	83.942
Dividendos a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	46.096
Subconcessão a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	<u>171.690</u>
			<u>371.924</u>

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

A Companhia mensura a perda de crédito esperada de modo que reflita entre outras as condições atuais e previsões de condições econômica futuras. Desse modo, através da análise histórica que considera agrupamentos apropriados de acordo com a experiência de perda de crédito histórica, calcula-se o fator de probabilidade de perda que é ajustado por coeficiente de sensibilização futura atrelado a indicadores macroeconômicos. Os fatores ponderados pelo coeficiente de expectativa futura são alocados por faixa de vencimento dos recebimentos vencidos e a vencer que variam de 30 a 150 dias na data-base de divulgação das demonstrações financeiras.

3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iv) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Subconcessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16/CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, IAS17/CPC 06 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e a Orientação OCPC 05 – “Contratos de Concessão”.

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, os principais efeitos seriam os seguintes:

- (i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- (ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis da Companhia, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (ii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.
- (iii) Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(d) Ativos financeiros

Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) – VJR e VJORA
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
- Valor justo por meio do resultado.

(e) Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, recebíveis com partes relacionadas; e
- perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação, dos quais se destacam recebíveis com natureza de “*Take or pay*”; e;
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações históricas e futuras.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

(f) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

(g) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

(h) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Imóveis	24
Instalações auxiliares e sistemas operacionais	10 a 34
Equipamentos autônomos	15
Veículos	5
Bens administrativos e auxiliares	5
Equipamentos e aplicativos de informática	5
Locomotivas	12 a 25
Vagões	30
Vias permanentes	13
Outros ativos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os juros e custos de transação referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures, relacionados ao projeto de expansão, foram apropriados no ativo imobilizado.

(i) Intangível

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário

Os direitos adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e se dividem em:

- (i) Direitos de subconcessão - Refere-se ao valor pago e a pagar para operar os trechos de subconcessão para FNS, entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão.

A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Imóveis	12
Instalações auxiliares e sistemas operacionais	12 a 30
Equipamentos autônomos	12
Equipamentos e aplicativos de informática	5
Vias permanentes	22
Direitos de subconcessão	19
Outros ativos	12 a 25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(j) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(l) Subconcessão

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as Companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

O contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pelo Comunicado Técnico CTG 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

- (i) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão.
- (ii) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

(q) Arrendamentos

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

(r) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(s) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A FNS por ser uma atividade de infraestrutura que promove o desenvolvimento da região nordeste do Brasil, possui incentivos Fiscais da SUDENE e SUDAM. O Lucro da Exploração é um incentivo que reduz o IRPJ corrente em 75%. O incentivo contempla as atividades operacionais exercidas pela FNS no Maranhão e Tocantins.

O Reinvestimento é um incentivo fiscal concedido pela SUDENE que reduz em 30% o IRPJ devido. O valor obtido com este incentivo deve ser revertido em projetos de modernização ou aquisição de equipamento novos.

(t) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora do Plano Vale Mais e Valia Prev que está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício são calculados nos moldes do CPC 33 – Benefícios a Empregados.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração da Companhia VLI. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Incentivos de longo prazo

O programa de Incentivos de longo prazo consiste na adesão dos executivos da Companhia, através de depósitos bancários em conta corrente específica da Companhia, que poderá dispor dos valores para execução do plano de negócios. A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a Unidade de Valor VLI (UVV).

O programa tem duração de 3 anos, podendo ser prorrogado por mais um período de 3 anos.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A transação será realizada por meio de uma conta corrente da Companhia, que poderá dispor destes valores para execução do seu plano de negócios.

A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a UVV (para compra e para a Venda: *valuation* em 31 de dezembro do ano anterior).

Após o prazo estabelecido do programa, três anos, o executivo ainda terá direito a receber o equivalente ao *Matching*.

(u) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias não resgatáveis e sem valor nominal.

(v) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte ferroviário no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: (i) quando a Companhia cumpre com a as obrigações de desempenho; (ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

(u) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social.

(w) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 23, A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(x) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado (“DVA”), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

(y) Fluxo de caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

A transação que não afetou o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está representada pelo provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 50.838, referentes ao resultado do exercício de 2018 (Nota 15).

As transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão representadas pelo aumento de capital por meio de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 30.000 (Nota 17) e o provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 46.096, referentes ao resultado do exercício de 2017.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	136	10.048
Aplicações financeiras (i)	<u>59.668</u>	<u>80.602</u>
	<u>59.804</u>	<u>90.650</u>

(i) Aplicações em operações compromissadas, letras financeiras e certificados de depósitos bancários de curto prazo indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com remuneração média de 100,41% (2017 – 99,42%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

6 - Contas a receber

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Contas a receber de terceiros	60.138	50.112
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 7)	1.177	1.093
Menos: Perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	<u>(794)</u>	<u>(1.536)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>60.521</u>	<u>49.669</u>
Não circulante		
Contas a receber - Valec (i)	<u>300.875</u>	<u>286.063</u>
	<u>300.875</u>	<u>286.063</u>
	<u>361.396</u>	<u>335.732</u>

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Saldo referente a multa contratual pelo atraso e condições de entrega dos trechos ferroviários, objetos do contrato de subconcessão celebrado entre a FNS e a Engenharia Construções e Ferrovias S.A. ("Valec"), e ao Termo de Compromisso ("TC") celebrado entre a FNS, o IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), a Valec e a Vale S.A. ("Vale"). Este termo de compromisso obriga a Companhia a apresentar o levantamento atualizado dos passivos ambientais, existentes nos trechos em operação da ferrovia, e a apresentar plano de trabalho, perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale, para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais. Os valores contabilizados, já reconhecidos pela Valec, encontram-se integralmente classificados no ativo não circulante, em decorrência de não estar determinado o fluxo de recebimento e são corrigidos anualmente pelo IGP-DI, conforme contrato. O valor final decorrente da referida multa encontra-se ainda em negociação entre a Companhia e a Valec.

As análises de vencimentos estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	341.019	326.057
Vencidos até 3 meses	2.704	8.565
Vencidos de 3 a 6 meses	15.146	669
Vencidos acima 6 meses	3.321	1.977
	<u>362.190</u>	<u>337.268</u>
Contas a receber de clientes		

7 - Partes relacionadas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Balanco patrimonial		
Ativo circulante		
Contas a receber (Nota 6)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	26	-
Coligadas	1.151	1.093
	<u>1.177</u>	<u>1.093</u>
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 12)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	1.343	1.794
Coligadas	11.842	5.259
Outras	221	321
	<u>13.406</u>	<u>7.374</u>
Demonstração do resultado	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas		
Receita de aluguel de locomotiva		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	16.184	16.271
Coligadas	1.924	1.934
	<u>18.108</u>	<u>18.205</u>
Outras Receitas (despesas) Operacionais		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(19.381)	(18.042)
Coligada	(5.997)	(4.046)
	<u>(25.378)</u>	<u>(22.088)</u>

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custos e despesas		
Custo com direito de passagem		
Coligadas	(70.199)	(54.815)
	<u>(70.199)</u>	<u>(54.815)</u>
Custos com aluguel de equipamentos		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(6.413)	-
Coligadas	(21.064)	-
	<u>(27.477)</u>	<u>-</u>
Custo dos serviços		
Coligadas	(596)	-
Outras	(567)	(331)
	<u>(1.163)</u>	<u>(331)</u>
Custo com partilha de fretes (tráfego mútuo)		
Coligadas	-	(1.183)
	<u>-</u>	<u>(1.183)</u>
Previdência complementar		
Outras	(703)	(592)
	<u>(703)</u>	<u>(592)</u>
Receitas (Despesas) financeiras		
Outras	-	(43)
	<u>-</u>	<u>(43)</u>
Despesas com compartilhamento de gastos		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(19.381)	(16.444)
Coligadas	(5.997)	(3.360)
	<u>(25.378)</u>	<u>(19.804)</u>
	<u>(132.190)</u>	<u>(80.651)</u>

Os créditos com empresas ligadas no ativo circulante representam os valores que a FNS tem a receber pela venda de seus serviços.

O saldo a pagar no passivo circulante é referente a compra de serviços, materiais, compartilhamento de gastos e/ou itens para o ativo imobilizado. Em 2018, o aluguel de locomotivas passou a ser feito pela VLI Locações de Locomotivas Ltda. (empresa ligada).

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes às atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Em 2018, os custos de manutenção de aluguel de locomotivas e vagões, representam os valores gastos com o aluguel de locomotivas da VLI Locações de Locomotivas Ltda.

Os custos com partilha de fretes representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

Os custos com direito de passagem representam os valores gastos com a utilização da via ferroviária da Estrada de Ferro Carajás - EFC.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela VLI S.A. (Controlador final da Companhia), sem o respectivo reembolso.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Antecipação de IR e CS	-	7.897
Total – tributos antecipados sobre o lucro	<u>-</u>	<u>7.897</u>
Circulante		
ICMS a recuperar	11.314	5.489
PIS e COFINS a compensar	14.762	7.666
ISSQN	-	19
Saldos de declaração - IR e CS	9.865	-
INSS	-	294
	<u>35.941</u>	<u>13.468</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Não Circulante		
ICMS a recuperar	12.500	15.181
PIS e COFINS a compensar	25.844	-
Outros	806	-
	<u>39.150</u>	<u>15.181</u>
Total – tributos a recuperar	<u>75.091</u>	<u>28.649</u>

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações da Companhia.

9 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para processos judiciais</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para processos judiciais</u>
Trabalhistas	197	45	70	27
Tributárias	-	28	-	26
	<u>197</u>	<u>73</u>	<u>70</u>	<u>53</u>

Movimentação dos depósitos judiciais:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Juros e atualização monetária</u>	<u>31/12/2018</u>
Trabalhistas	70	117	(4)	14	197
	<u>70</u>	<u>117</u>	<u>(4)</u>	<u>14</u>	<u>197</u>

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Juros e atualização monetária</u>	<u>31/12/2018</u>
Trabalhistas	27	266	(251)	3	45
Tributárias	26	-	-	2	28
	<u>53</u>	<u>266</u>	<u>(251)</u>	<u>5</u>	<u>73</u>

9.1 – Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 24.087 (2017 - R\$ 49.400), referente a causas de natureza trabalhista, cível, e tributária, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	5.839	5.120
Cíveis	11.391	10.242
Tributárias	6.857	34.038
	<u>24.087</u>	<u>49.400</u>

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 - Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, e instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento (a)	Outros	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	43.702	68.604	123.301	24.868	11.563	271	272.309
Adições	-	-	-	-	164.760	-	164.760
Baixas	-	-	-	-	(294)	-	(294)
Transferências	7.350	31.632	15.702	5.213	6.594	1.374	67.865
Saldo em 31 de dezembro de 2018	51.052	100.236	139.003	30.081	182.623	1.645	504.640
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(3.786)	(19.645)	(28.791)	(6.378)	-	(7)	(58.607)
Adições	(2.010)	(6.177)	(6.347)	(2.691)	-	(47)	(17.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(5.796)	(25.822)	(35.138)	(9.069)	-	(54)	(75.879)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	39.916	48.959	94.510	18.490	11.563	264	213.702
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	45.256	74.414	103.865	21.012	182.623	1.591	428.761

A Companhia não concedeu bens em penhora como garantia do juízo, em atendimento às suas execuções judiciais.

- (a) O imobilizado em andamento está substancialmente localizado no corredor Centro-Norte e representado pela construção de oficinas e postos de abastecimento e pelas obras nos postos, oficinas e pátios.

Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo intangível e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a bens próprios são transferidos para o ativo imobilizado.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 - Intangível

	Direitos de subconcessão (a)	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em andamento (b)	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.776.431	152	422.352	303.251	2.502.186
Adição	-	-	-	16.714	16.714
Baixas	-	-	(1.251)	-	(1.251)
Transferências	-	101	235.355	(303.321)	(67.865)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.776.431	253	656.456	16.644	2.449.784
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(499.227)	(56)	(53.312)	-	(552.595)
Adições	(64.128)	(44)	(32.268)	-	(96.440)
Baixas	-	-	177	-	177
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(563.355)	(100)	(85.403)	-	(648.858)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	1.277.204	96	369.040	303.251	1.949.591
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	1.213.076	153	571.053	16.644	1.800.926

(a) O direito de subconcessão está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação, para operar os trechos descritos na Nota 1, acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer, e às benfeitorias na via permanente. A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

(b) O intangível em andamento está substancialmente representado pela manutenção em via permanente e a expansão de pátios e terminais.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 - Fornecedores e contas a pagar

O saldo de contas a pagar refere-se substancialmente a compra de serviços e combustíveis destinados a operação e manutenção da via permanente.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores - terceiros (a)	42.016	62.822
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 7)	13.406	7.374
Total de fornecedores	<u>55.422</u>	<u>70.196</u>
Contas a pagar (b)	14.048	83.942
Total de contas a pagar	<u>14.048</u>	<u>83.942</u>

(a) Vide abertura abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mercado interno	40.854	51.526
Mercado externo	1.162	11.296
	<u>42.016</u>	<u>62.822</u>

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto as instituições financeiras ("Conveniadas").

Até 31 de dezembro de 2018 as aquisições totalizavam R\$ 14.048 com prazo médio de pagamento de 90 dias, sendo o último vencimento em 18/03/2019.

Em 31 de dezembro de 2017 as aquisições totalizavam R\$ 83.942, sendo R\$ 31.001 com prazo entre 270 e 360 dias que foram cedidas por nossos fornecedores (junto às instituições financeiras) com taxas entre 0,68% a.m. e 0,99% a.m., sendo o último vencimento a pagar em 03/09/2018. As demais aquisições totalizavam R\$ 52.941 com prazo médio de pagamento de 90 dias.

13 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributos a recolher		
ICMS	978	772
IRRF	568	1.681
ISSQN	998	1.686
PIS e COFINS	867	-
Total – tributos a recolher	<u>3.411</u>	<u>4.139</u>
Tributos a recolher sobre o lucro		
Imposto de renda e contribuição social	2.466	-
Total – tributos a recolher sobre o lucro	<u>2.466</u>	<u>-</u>

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários e encargos	1.033	5.267
Provisão para férias e 13º salário	4.149	2.590
Benefícios trabalhistas	1.924	618
Participação nos resultados	4.553	5.993
	<u>11.659</u>	<u>14.468</u>

15 - Dividendos a pagar

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e reserva de incentivos fiscais.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram a seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	275.433	248.719
Reserva legal - 5%	(13.772)	(12.436)
Reserva de incentivo fiscal	(58.309)	(51.898)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	<u>203.352</u>	<u>184.385</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	50.838	46.096
Dividendos mínimos propostos a pagar	<u>50.838</u>	<u>46.096</u>

Dividendos adicionais de R\$ 80.000 e R\$ 50.000 e referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, respectivamente, foram deliberados, aprovados e pagos nos exercícios em questão.

16 - Subconcessão a pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia - MA e Palmas - TO.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% foi paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo governo federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restantes à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 185.548 (2017 - R\$ 171.690). Este valor será suportado por aporte a ser efetuado pela Controladora.

Em 8 de março de 2013 a Companhia celebrou com a Valec "Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações" do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a Valec se compromete

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a FNS. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Valec e a Vale, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar plano de trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

17 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia e de posse da VLI Multimodal S.A., nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.859.134 representado por 1.835.966.791 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 15 de novembro de 2017, houve um aumento de capital pela capitalização do incentivo fiscal, cerca de R\$ 2.241, sem que houvesse a emissão de novas ações. Nesta mesma data, 15 de novembro de 2017, foi realizado aumento de capital, via capitalização de AFAC, no valor de R\$ 30.000, mediante a emissão de 23.811.269 novas ações normativas sem valor nominal e totalmente integralizadas pela acionista da Companhia, a VLI Multimodal S.A.

(b) Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício.

	<u>31/12/2018</u>
Cálculo da média ponderada das ações	
Lucro líquido do exercício	275.433
(1.835.966.791 x 12/12)	<u>1.835.966.791</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído ação - R\$	<u><u>0,15</u></u>
Cálculo da média ponderada das ações	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	248.719
(1.812.155.522 x 10/12) + (1.835.966.791 x 2/12)	<u>1.816.124.067</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	<u><u>0,14</u></u>

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE até dezembro de 2024 e de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM até dezembro de 2025. Vide Nota 22(c).

18 - Receita líquida dos serviços prestados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita bruta		
Receita de transporte ferroviário e serviços acessórios	766.298	695.251
Receita de aluguel de locomotivas e estadia de vagões	18.108	19.258
	<u>784.406</u>	<u>714.509</u>
Descontos		
Descontos concedidos	-	(171)
	<u>-</u>	<u>(171)</u>
Impostos sobre serviços		
ICMS	(17.452)	(18.379)
PIS	(2.492)	(2.639)
COFINS	(11.482)	(12.155)
	<u>(31.426)</u>	<u>(33.173)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u><u>752.980</u></u>	<u><u>681.165</u></u>

19 - Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	(65.170)	(62.014)
Material	(9.396)	(15.028)
Combustíveis	(67.509)	(49.115)
Serviços contratados	(18.570)	(31.722)
Serviços de transportes ferroviários	-	(1.179)
Partilha de frete	(100.915)	(97.958)
Depreciação e amortização	(113.712)	(97.673)
Tributos e taxas	(784)	(226)
Aluguéis	(36.984)	(29.180)
Seguros	(3.787)	(4.445)
Utilities	(4.328)	(4.242)
Viagens	(6.051)	(4.025)
Outros	(3.639)	(69)
	<u>(430.845)</u>	<u>(396.876)</u>

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 - Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	(323)	(593)
Serviços contratados	(184)	(149)
Compartilhamento de despesas	(25.378)	(19.804)
Depreciação e amortização	-	(6)
Tributos e taxas	(64)	(237)
Aluguéis	(2)	(4)
<i>Utilities</i>	-	(3)
Viagens	(30)	(90)
Outros	(43)	-
	<u>(26.024)</u>	<u>(20.886)</u>

(b) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	2.667	186
Recuperação de despesas	10.348	22.379
Exploração da faixa de domínio	44	34
<i>Take or pay</i> (i)	25.028	22.945
Indenizações de clientes	8	1.903
Outros	52	5
	<u>38.147</u>	<u>47.452</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(2.662)	(2.537)
Baixa de ativos	(3)	(1.071)
Pesquisa e desenvolvimento	(411)	(159)
Multas contratuais	-	(6.477)
Indenizações	(7.294)	(7.887)
<i>Take or pay</i> (i)	(4.830)	-
Processos judiciais	(540)	(5)
Provisão para processos judiciais	(20)	(53)
Outras operacionais	(162)	(5.891)
	<u>(15.922)</u>	<u>(24.080)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>22.225</u>	<u>23.372</u>

- (i) Conforme cláusulas de penalidades se ocorrer descumprimentos nos quantitativos de volumes, constantes do contrato de transporte ferroviário de cargas, as partes envolvidas estarão sujeitas ao pagamento de bônus e multas compensatórias (*Take or Pay*).

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	7.848	11.328
Juros, taxa e multas de mora	199	869
Outras	64	-
	8.111	12.197
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(2)	(121)
Encargos por atraso	(524)	(82)
Despesas com PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.109)	(546)
Juros, taxas e multas	(1.246)	(444)
Ajuste a valor presente – contas a pagar	(1.448)	(1.737)
Estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa	(50)	-
Outras	(347)	(239)
	(4.726)	(3.169)
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial	1.545	(527)
Resultado financeiro	4.930	8.501

22 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, na medida em que forem consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Composição dos tributos diferidos ativos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda		
Provisão para devedores duvidosos	198	327
Provisão para processos judiciais	18	7
Ajuste a valor presente	362	-
Outras	994	1.544
	1.572	1.878
Contribuição social		
Provisão para devedores duvidosos	71	118
Provisão para processos judiciais	7	2
Ajuste a valor presente	130	-
Outras	358	555
	566	675
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	2.138	2.553

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa de realização dos créditos relativos às adições temporárias, ocorrerá da seguinte forma:

Ano	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	-	2.553
2019	1.844	-
2020	<u>294</u>	<u>-</u>
	<u>2.138</u>	<u>2.553</u>

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	324.058	324.058	294.510	294.510
Adições (exclusões) permanentes:				
Despesas não dedutíveis	3.441	3.441	3.552	3.552
Multas não dedutíveis	-	-	1	1
Outras	3	3	2.123	2.123
Adições (exclusões) temporárias:				
Constituição (reversão) de provisão para processos judiciais, líquida	20	20	53	53
(Reversão) constituição de participação nos resultados, líquida	(1.439)	(1.439)	5.993	5.993
Ajuste a valor presente	1.448	1.448	-	-
(Reversão) constituição de outras provisões, líquida	(507)	(507)	(98)	(98)
(Reversão) constituição de perdas de créditos, líquida	(742)	(742)	947	947
Base de cálculo	326.282	326.282	307.081	307.081
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	(81.547)	(29.365)	(76.747)	(27.637)
Programa de alimentação do trabalhador (PAT), lei rouanet e outros	4.393	-	4.490	-
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição social	(77.154)	(29.365)	(72.257)	(27.637)
Incentivos fiscais (c)	58.309	-	51.898	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(305)	(110)	1.621	584
Total da despesa de impostos das atividades	(19.150)	(29.475)	(18.738)	(27.053)
Aliquota efetiva total	5,91%	9,10%	6,36%	9,19%

(c) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia é beneficiada por incentivos fiscais do imposto de renda sobre as receitas auferidas nos transportes ferroviários de carga geral efetuados a partir dos Estados do Maranhão e do Tocantins. Os Incentivos foram concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE até dezembro de 2025 e de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM até dezembro de 2026 e consistem no direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis calculados sobre o lucro da exploração.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo a composição por unidades dos incentivos fiscais:

Unidades FNS	Percentual	31/12/2018	31/12/2017
SUDAM (TO)	57,19%	33.346	28.567
SUDENE (MA)	42,81%	24.963	23.331
		58.309	51.898

23 - Informações por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

24 - Benefícios a empregados

24.1 - Incentivos de longo prazo

O programa de incentivo de longo prazo das empresas FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A. (em conjunto, "Grupo VLI") tem como principal premissa aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou-se em março de 2018, podendo ser estendido por mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da Companhia neste período.

A implementação deste programa não obriga a FNS a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir ao programa, deverá escolher a opção de investimento, em número de salários, específica para o seu nível hierárquico. O valor investido pelo executivo e a contrapartida efetuada pela Companhia, em percentual conforme a opção de investimento, são convertidos em ações virtuais denominadas de UVVs ("unidades de valor virtual"). A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios do Grupo VLI. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

Em 31 de dezembro de 2018 os incentivos de longo prazo montam a R\$ 1.250 (2017 - R\$ 3.895).

24.2 - Planos de previdência privada

(a) Plano de Benefício – FNS

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (“Valia”), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade complementar benefícios previdenciários aos empregados que participam ou venham a participar do plano. Os planos oferecidos pela valia (Valiaprev e Vale Mais) têm características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença).

Os planos foram elaborados tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da previdência complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o benefício diferido por desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem é, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

(b) Contribuições

Os desembolsos relacionados ao plano de contribuição variável no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$ 733 (2017 - R\$ 592).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Principais premissas atuariais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reconciliação do valor líquido de passivo (ativo)		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(5.888)	(2.543)
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(534)	(209)
3. Resultado obrigação do Benefício definido	141	(2.596)
4. Contribuição patrocinadora / pago pela empresa	(600)	(540)
	<u>(6.881)</u>	<u>(5.888)</u>
6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano		
Principais premissas atuariais		
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	9,24%	9,64%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	6,20%	6,34%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,12%	4,25%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,12%	4,25%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	9,64%	12,26%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	6,34%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,25%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,25%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic – Suav 10%	AT-2000 Basic
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	19,5457
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	42,6958	41,5925

25 - Instrumentos financeiros

25.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de riscos financeiros

As atividades da FNS a expõe a riscos financeiros de mercado, (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito, operacional e risco de liquidez.

A Companhia não possuía exposição com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Risco de preço e demanda

Considerando a natureza dos negócios e operações da FNS, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos, bem como fatores climáticos relativos aos impactos nas safras.

O aumento dos custos de produção, de transporte e queda do preço das commodities transportadas podem influenciar a competitividade brasileira no mercado mundial. Da mesma forma, a variação nos fatores climáticos podem impactar negativamente o resultado de safras da agroindústria e consequentemente impactando em grande quantidade o volume de demanda dos clientes.

(ii) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía exposições denominadas em moedas estrangeiras oriundas das importações em andamento no montante de R\$ 365 (2017 – R\$ 11.296).

(iii) Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelas aplicações financeiras (Nota 5), a cessão de recebíveis por fornecedores (Nota 12) e as obrigações de subconcessões a pagar (Nota 16), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros.

O resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

Ativos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2018.

31/12/2018				
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	6,40%	5,76%	5,12%	4,16%

	31/12/2018	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita de aplicações financeiras	7.848	7.063	6.278	5.101

(b) Risco de créditos

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa (i)	59.804	90.650
Contas a receber de terceiros (ii)	361.013	336.175
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	1.177	1.093
Outros ativos financeiros (ii)	-	444
Demais ativos	5.387	7.610
	<u>427.381</u>	<u>435.972</u>

(i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado

1. Classificação de risco para aplicações em Reais	2. Limite máximo de alocação do caixa por instituição financeira	3. Limite máximo de alocação do caixa por valor de patrimônio líquido da instituição financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- A coluna (1) tem como referências informações das agências de rating S&P, Moody's e Fitch.
- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

(ii) O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, consistindo em análises do perfil dos clientes. Deve-se destacar que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 794 (2017 - R\$ 1.536).

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e "*rating*" visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de vencimento.

(d) Risco operacional

A FNS possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do *tipo All Risks*.

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade civil geral	All risk	R\$ 25.000
Riscos operacionais	All risk	R\$ 300.000
Transporte internacional e importação	All risk	USD 8.000
Responsabilidade civil do transporte ferroviário - RCTF-C	All risk	R\$ 20.000 por evento R\$200 para container
Frota de automóvel	All risk	R\$ 200
Riscos ambientais	All risk	R\$ 50.000
EPL – Práticas trabalhistas indevidas	All risk	R\$ 10.000
Vida em grupo	Empregados, cônjuges e filhos	24 x Salário Base
Vida em grupo	Estagiários	R\$ 13

(e) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	31/12/2018	31/12/2017
Total passivo	324.988	394.738
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(59.804)	(90.650)
	265.184	304.088
Patrimônio líquido	2.427.307	2.252.712
	10,93%	13,50%

25.2 - Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (*inputs*) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (*inputs*) de Nível 2

Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (*inputs*) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

Os instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Ativo					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	59.804	90.650	59.804	90.650	Nível 2
Contas a receber de terceiros	360.219	334.639	360.219	334.639	Nível 2
Contas a receber de partes relacionadas	1.177	1.093	1.177	1.093	Nível 2
Demais ativos	5.387	7.610	5.387	7.610	Nível 2
	426.587	433.992	426.587	433.992	
Valor justo					
Outros ativos financeiros	-	444	-	444	Nível 2
	-	444	-	444	
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores terceiros	42.016	62.822	42.016	62.822	Nível 2
Contas a pagar	14.048	83.942	14.048	83.942	Nível 2
Fornecedores de partes relacionadas	13.406	7.374	13.406	7.374	Nível 2
Subconcessão a pagar	185.548	171.690	185.548	171.690	Nível 2
Dividendos a pagar	50.838	46.096	50.838	46.096	Nível 2
	305.856	371.924	305.856	371.924	

26 - Outras informações

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, por meio da Resolução nº 5.402, de 9 de agosto de 2017, publicou a 3ª Edição do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o Plano de Contas Padronizado, Relatórios Auxiliares e informações complementares. A aplicação do referido Manual se deu compulsoriamente a partir de 1º de janeiro de 2018.